

Por uma perspectiva histórico-crítica na análise do racismo estrutural

Entrevista com Dennis Oliveira

Por Helena Martins e Manoel Dourado Bastos

Dennis Oliveira é professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, jornalista, doutor em Ciências da Comunicação. Autor dos livros *Jornalismo e Emancipação - uma prática jornalística baseada em Paulo Freire*, *A luta contra o racismo no Brasil* e *Jornalismo e os Dilemas na Sociedade da Inflação das Informações*, acaba de lançar *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (Editora Dandara, 2020), sobre a qual dialogou conosco. Na conversa, detalha a centralidade da questão racial para a compreensão do Brasil, dialogando, para tanto, com o aporte marxista e também com a perspectiva decolonial. Localiza os desafios para a compreensão radical do problema, tendo em vista as disputas de leitura operadas pela mídia e outros agentes hegemônicos.



CreativeCommons




Atribuição



NãoComercial



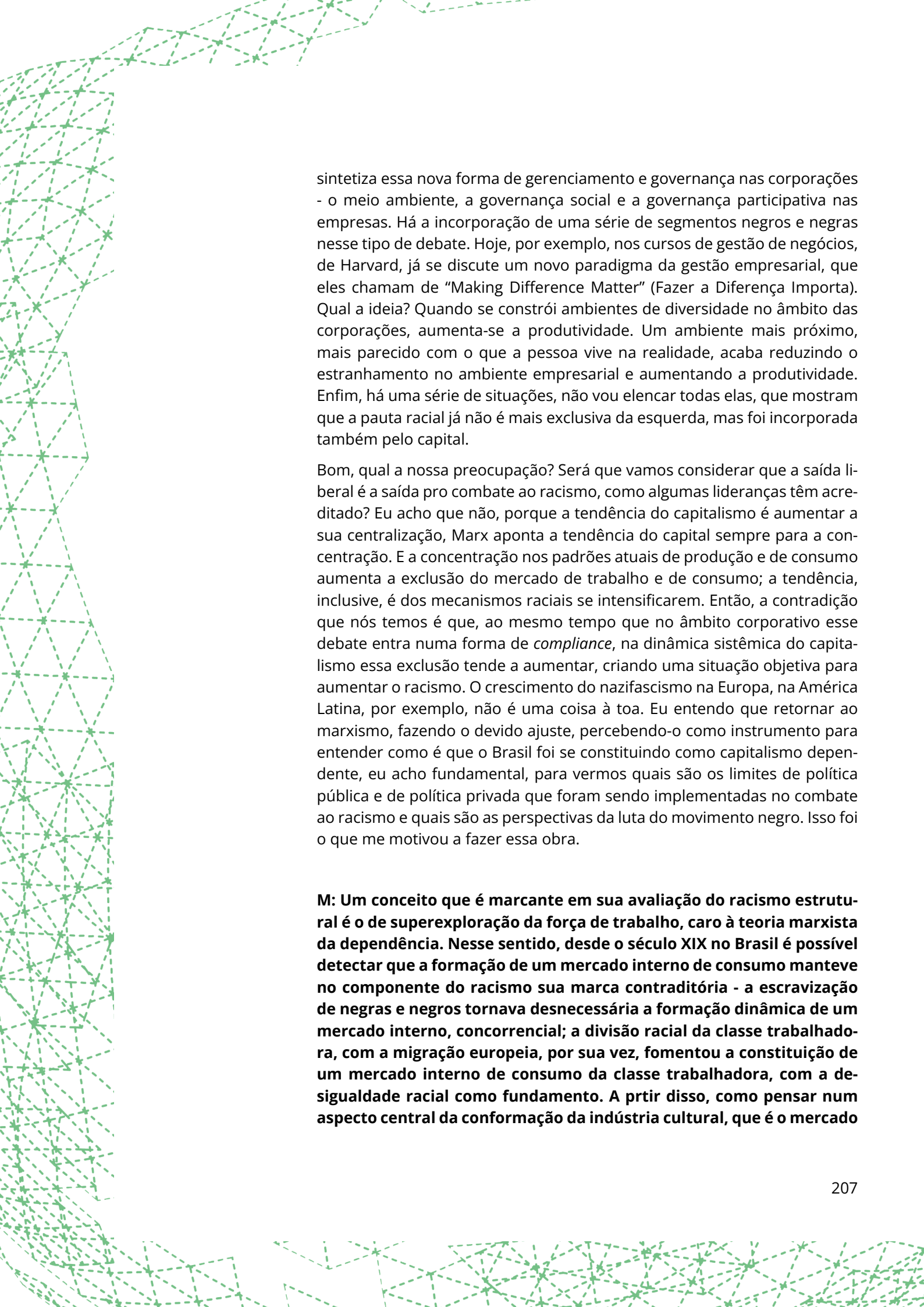
Compartilhalgal



H: Professor Dennis, você acabou de lançar um livro que traz o debate sobre a questão racial, no qual aborda as várias contribuições para pensar esse tema, tendo em vista os avanços e limites do próprio marxismo e de várias vertentes críticas. Também trata das disputas que se colocam sobre a abordagem, do enquadramento midiático à radicalidade que essa questão traz à tona. Então eu gostaria que o senhor traduzisse um pouco pra nós o mapeamento dessas controvérsias teóricas e como é que você está vendo esse problema hoje.

D: Essa obra que nós lançamos, *Racismo Estrutural* [uma perspectiva histórico-crítica], tem por objetivo, além de ser uma síntese do que eu construí nos últimos tempos como pensamento acadêmico sobre o racismo, também a minha experiência militante do movimento negro, contribuir com uma intervenção que eu acho necessária nesse debate, não só na relação racial (evidentemente o foco foi esse), mas como pensar essa dinâmica das opressões que tem pautado muito o debate político contemporâneo. Eu entendo que existe uma apropriação liberal dessa dinâmica - alguns chamam de pós-moderno, mas eu prefiro chamar de liberal - particularmente quando há uma mudança na lógica do capitalismo que, em vez de se organizar a partir de uma negação na sociabilidade, de impor um padrão, vai criando um mecanismo de absorção dessas diferenças. A Nancy Fraser tem um texto que eu acho muito interessante, chamado "Neoliberalismo progressista", em que ela avalia como o comando do projeto neoliberal, desde o governo Clinton, a partir de grandes players do mercado financeiro, pensou mecanismos de inclusão de algumas pessoas, alguns representantes desses segmentos mais vulnerabilizados, já percebendo que a aplicação radical do modelo neoliberal ia intensificar a concentração de riquezas. É naquele momento que a Nancy Fraser encontra palavras como empoderamento, por exemplo, *black money*, *pink money*, quando tudo isso começa a ser formulado por esses gestores do capital financeiro.

O que é interessante é que a agenda das ações afirmativas no Brasil começa a ser desenvolvida justamente num governo neoliberal no Brasil, com o FHC. Foi quando houve a Marcha Zumbi a Brasília em 1995, momento em que Fernando Cardoso reconheceu o racismo como problema nacional - foi o primeiro chefe de Estado a fazer isso. Ele organiza a construção do documento do Brasil a ser levado à Conferência Mundial de Combate ao Racismo de Durban, em 2001. Esse documento é construído junto com o movimento negro, o governo brasileiro se compromete em Durban a adotar políticas de combate ao racismo. Aí, com o governo Lula a organização das ações afirmativas começa a criar mais corpo. A partir daí, alguns espaços que sempre foram exclusivos da branquitude começam a ter a presença maior de negras e negros. Hoje, observando os processos mais recentes, há a contaminação desse debate racial em várias esferas que até então eram quase interditas. Por exemplo, a história do *compliance* nas empresas, essa esfera do ESG (Environmental, Social, and Governance), que



sintetiza essa nova forma de gerenciamento e governança nas corporações - o meio ambiente, a governança social e a governança participativa nas empresas. Há a incorporação de uma série de segmentos negros e negras nesse tipo de debate. Hoje, por exemplo, nos cursos de gestão de negócios, de Harvard, já se discute um novo paradigma da gestão empresarial, que eles chamam de “Making Difference Matter” (Fazer a Diferença Importa). Qual a ideia? Quando se constrói ambientes de diversidade no âmbito das corporações, aumenta-se a produtividade. Um ambiente mais próximo, mais parecido com o que a pessoa vive na realidade, acaba reduzindo o estranhamento no ambiente empresarial e aumentando a produtividade. Enfim, há uma série de situações, não vou elencar todas elas, que mostram que a pauta racial já não é mais exclusiva da esquerda, mas foi incorporada também pelo capital.

Bom, qual a nossa preocupação? Será que vamos considerar que a saída liberal é a saída pro combate ao racismo, como algumas lideranças têm acreditado? Eu acho que não, porque a tendência do capitalismo é aumentar a sua centralização, Marx aponta a tendência do capital sempre para a concentração. E a concentração nos padrões atuais de produção e de consumo aumenta a exclusão do mercado de trabalho e de consumo; a tendência, inclusive, é dos mecanismos raciais se intensificarem. Então, a contradição que nós temos é que, ao mesmo tempo que no âmbito corporativo esse debate entra numa forma de *compliance*, na dinâmica sistêmica do capitalismo essa exclusão tende a aumentar, criando uma situação objetiva para aumentar o racismo. O crescimento do nazifascismo na Europa, na América Latina, por exemplo, não é uma coisa à toa. Eu entendo que retornar ao marxismo, fazendo o devido ajuste, percebendo-o como instrumento para entender como é que o Brasil foi se constituindo como capitalismo dependente, eu acho fundamental, para vermos quais são os limites de política pública e de política privada que foram sendo implementadas no combate ao racismo e quais são as perspectivas da luta do movimento negro. Isso foi o que me motivou a fazer essa obra.

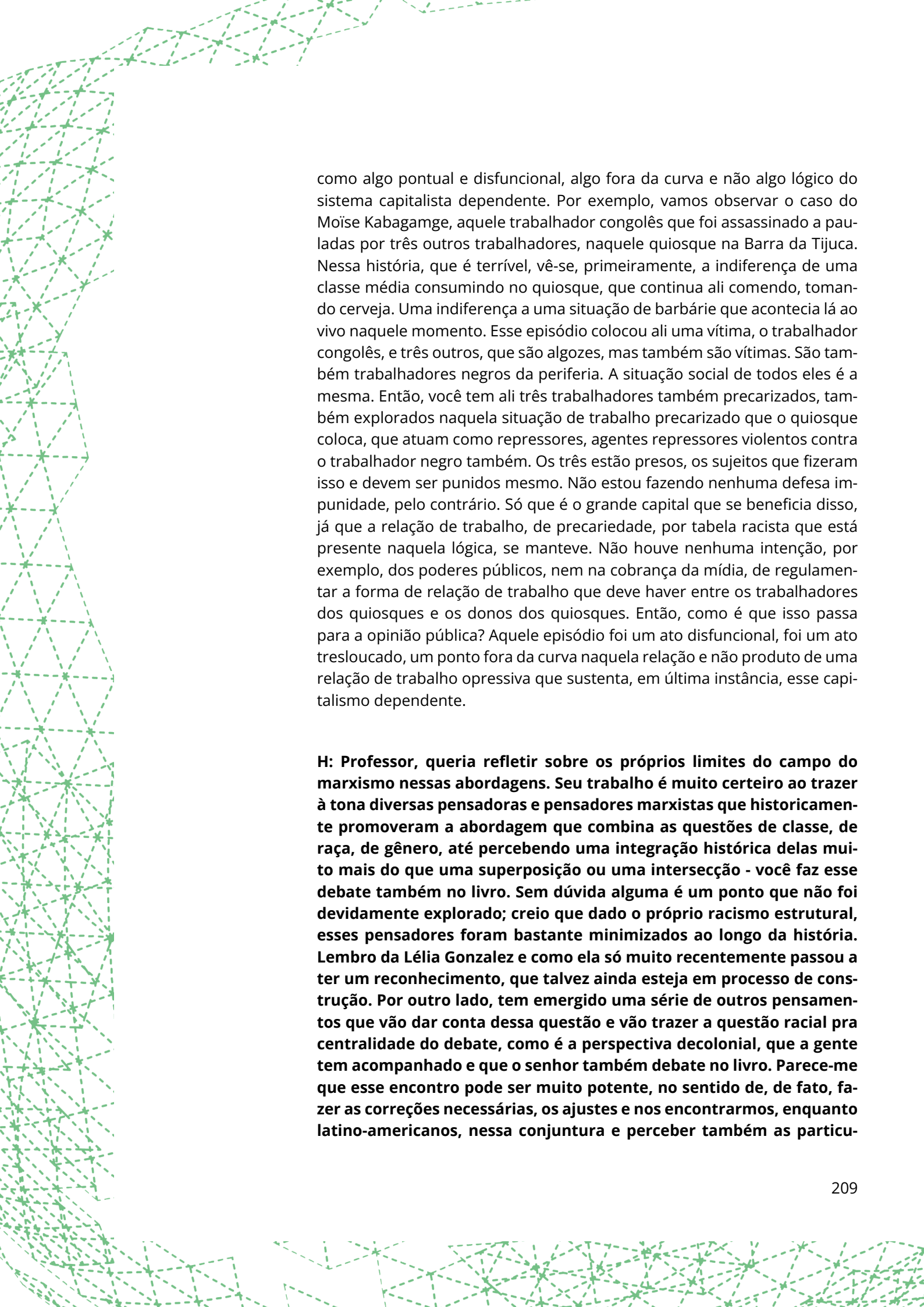
M: Um conceito que é marcante em sua avaliação do racismo estrutural é o de superexploração da força de trabalho, caro à teoria marxista da dependência. Nesse sentido, desde o século XIX no Brasil é possível detectar que a formação de um mercado interno de consumo manteve no componente do racismo sua marca contraditória - a escravização de negras e negros tornava desnecessária a formação dinâmica de um mercado interno, concorrencial; a divisão racial da classe trabalhadora, com a migração europeia, por sua vez, fomentou a constituição de um mercado interno de consumo da classe trabalhadora, com a desigualdade racial como fundamento. A partir disso, como pensar num aspecto central da conformação da indústria cultural, que é o mercado



de anúncios publicitários, decisivamente marcado pelo racismo estrutural constitutivo do Brasil, conforme seu argumento?


D: A consolidação da indústria cultural brasileira se dá num projeto econômico extremamente autoritário, que foi o regime militar. Foi ali que se consolidou de fato o mercado de bens culturais e, conseqüentemente, uma indústria cultural poderosa. E o objetivo da formação dessa indústria cultural poderosa, na qual a televisão era o grande esteio, era a constituição de um mercado consumidor de nível nacional. Como o projeto desenvolvimentista dos militares era baseado no tripé capital nacional para a produção do departamento de consumo de bens não duráveis, o capital estatal para infraestrutura e o capital transnacional para o mercado de consumidor de bens duráveis - e aí temos o mercado que atinge fundamentalmente a classe média e que é necessário ter em âmbito nacional, que foi centralizado, pois trata-se de uma produção de alto valor agregado e vai depender de alguns players para poder se efetivar - era necessário que se tivesse um sistema de comunicação em nível nacional. Houve o investimento pesado que o regime militar fez, por exemplo, na teledifusão via satélite, na formação das grandes redes nacionais de teledifusão justamente para poder constituir esse tipo de situação. Temos então sua marca autoritária, pois de fato não se constituiu uma indústria cultural originária de um jornal do esclarecimento, pelo contrário. O que se teve foi a produção de uma indústria cultural baseada no sistema de comunicação fortemente articulado e controlado, em outros momentos, também pelo próprio regime autoritário. Estou falando disso não só por conta da censura aos meios de massas nos anos 1970, que teve uma certa conivência dos proprietários dos meios de comunicação, lembrando que quase todos os meios de comunicação brasileiros apoiaram o golpe de 1964. Então, há um DNA originário da indústria cultural que articula a inserção em uma dimensão de consumo com uma dimensão fortemente autoritária.

O segundo aspecto é que, embora isso seja uma característica da indústria cultural, no Brasil ela já nasce fortemente associada à dimensão do entretenimento. O jornalismo é residual em relação a isso. A partir dessas características de uma indústria cultural do regime autoritário cujo projeto de desenvolvimento era centrado no capital transnacional, é fato que a indústria cultural está articulada com a consolidação do capitalismo dependente, de uma constituição de mercado consumidor como distinção de classe e que, evidentemente, se articula com a grande exclusão de uma grande massa da população, em que o racismo entra como elemento justificador desse processo. Assim, quando eu falo que a luta contra o racismo é apropriada pelo capital já nessa fase neoliberal, nós observamos que a forma de tratar essa dimensão racial por parte da indústria cultural é elencar esse sujeito negro e a sujeita negra dentro da sociedade de consumo. Então, coloca-se esse sujeito negro como um participante também de um sistema de consumo. Quando há casos, contudo, de denúncia de racismo, este aparece



como algo pontual e disfuncional, algo fora da curva e não algo lógico do sistema capitalista dependente. Por exemplo, vamos observar o caso do Moïse Kabagamge, aquele trabalhador congolês que foi assassinado a pauladas por três outros trabalhadores, naquele quiosque na Barra da Tijuca. Nessa história, que é terrível, vê-se, primeiramente, a indiferença de uma classe média consumindo no quiosque, que continua ali comendo, tomando cerveja. Uma indiferença a uma situação de barbárie que acontecia lá ao vivo naquele momento. Esse episódio colocou ali uma vítima, o trabalhador congolês, e três outros, que são algozes, mas também são vítimas. São também trabalhadores negros da periferia. A situação social de todos eles é a mesma. Então, você tem ali três trabalhadores também precarizados, também explorados naquela situação de trabalho precarizado que o quiosque coloca, que atuam como repressores, agentes repressores violentos contra o trabalhador negro também. Os três estão presos, os sujeitos que fizeram isso e devem ser punidos mesmo. Não estou fazendo nenhuma defesa impiedade, pelo contrário. Só que é o grande capital que se beneficia disso, já que a relação de trabalho, de precariedade, por tabela racista que está presente naquela lógica, se manteve. Não houve nenhuma intenção, por exemplo, dos poderes públicos, nem na cobrança da mídia, de regulamentar a forma de relação de trabalho que deve haver entre os trabalhadores dos quiosques e os donos dos quiosques. Então, como é que isso passa para a opinião pública? Aquele episódio foi um ato disfuncional, foi um ato tresloucado, um ponto fora da curva naquela relação e não produto de uma relação de trabalho opressiva que sustenta, em última instância, esse capitalismo dependente.


H: Professor, queria refletir sobre os próprios limites do campo do marxismo nessas abordagens. Seu trabalho é muito certo ao trazer à tona diversas pensadoras e pensadores marxistas que historicamente promoveram a abordagem que combina as questões de classe, de raça, de gênero, até percebendo uma integração histórica delas muito mais do que uma superposição ou uma intersecção - você faz esse debate também no livro. Sem dúvida alguma é um ponto que não foi devidamente explorado; creio que dado o próprio racismo estrutural, esses pensadores foram bastante minimizados ao longo da história. Lembro da Lélia Gonzalez e como ela só muito recentemente passou a ter um reconhecimento, que talvez ainda esteja em processo de construção. Por outro lado, tem emergido uma série de outros pensamentos que vão dar conta dessa questão e vão trazer a questão racial pra centralidade do debate, como é a perspectiva decolonial, que a gente tem acompanhado e que o senhor também debate no livro. Parece-me que esse encontro pode ser muito potente, no sentido de, de fato, fazer as correções necessárias, os ajustes e nos encontrarmos, enquanto latino-americanos, nessa conjuntura e perceber também as particu-



laridades da nossa própria conformação social e, portanto, dos nossos desafios estratégicos. Mas, em vários momentos do debate, há um sentido, uma certa negação de um processo estratégico mais amplo, ou uma ênfase nas resistências locais, no próprio modo de vida como a resistência. Queria pensar um pouco se também não há uma tendência de enquadramento da perspectiva decolonial dentro de um quadro um tanto pós-moderno e que talvez tenha perdido nesse processo sua própria radicalidade.

D: Há várias questões aí que têm que ser levadas em conta. Uma coisa que eu abordo bastante, por exemplo, nesse debate sobre racismo estrutural, é uma concepção essencialista de raça, ou mesmo de gênero. Porque o que é interessante no marxismo é que vai se pensar sempre as categorias a partir de uma dimensão de totalidade. Portanto, elas são relacionais, elas são ligadas às relações estabelecidas numa totalidade concreta, histórica. Por essa razão, inclusive, eu faço questão de colocar a perspectiva histórico-crítica, porque há outras concepções de racismo estrutural que andam por aí sendo tratadas, por exemplo, quando vai se pensar uma dimensão essencialista de classe, de gênero, de raça, inclusive nessa questão decolonial - eu concordo com você, há um certo idealismo em algumas apreensões dessa discussão, quando se dissocia uma dimensão histórica de como o capital se organiza, de como os sistemas se organizam e assim por diante.


O Aníbal Quijano tem uma uma reflexão que eu acho interessante, embora algumas coisas eu discorde dele, ele vai pensar o seguinte: a raça é uma categoria mental da modernidade porque ela estabelece justamente os critérios de entrada ou não no trabalho qualificado e no acesso à riqueza. É interessante quando ele fala isso porque ele está pensando o seguinte: a própria classificação racial que nós temos como referência foi construída pelo europeu. Porque a pergunta é: o que é branco, o que é negro e o que é indígena? Quando fala branco, se está colocando nesse guarda-chuva da categoria branco milhares de povos europeus que têm diferenças entre si, bem como conflitos históricos. Então, quando atribui-se uma categoria universal "branco" para toda essa quantidade de povos, o objetivo é justificar que a colonização, o eurocentrismo, a Europa como um lugar central para a construção da colonização e do capitalismo, tem uma legitimidade a partir de uma perspectiva racial constituída. O próprio Enrique Dussel fala da narrativa histórica, que é ideológica, da Europa ocidental como a única herdeira das tradições gregas, a própria historiografia mundial como uma área eurocêntrica. É um debate muito rico do Enrique Dussel, que vai desmontando e mostrando que a própria tradição grega clássica é diaspórica. E ela também não é um ano zero da filosofia, ela já é herdeira de outras tradições civilizatórias anteriores. Ele vai observando um pouco essas rupturas nessa narrativa aparente linear desse eurocentrismo. Assim como a categoria indígenas, são povos originários, são milhares de povos que têm muitas diferenças entre si. E a categoria negros, que são todos os povos



africanos, os milhares de povos do continente africano que também têm diferenças entre si. Então, essa classificação racial, que é a nossa, inclusive, para debater racismo, foi construída por esse outro. Ele constrói a partir disso. Da mesma forma que quem cria o proletariado é a burguesia, sob o ponto de vista histórico, quem cria o negro é o branco, quem cria o indígena é o branco. Então, essa questão eu acho interessante, que o Quijano fala: quando cria e cria por quê? Porque justamente é necessário construir uma idealização racial para a construção da hierarquia do mundo.

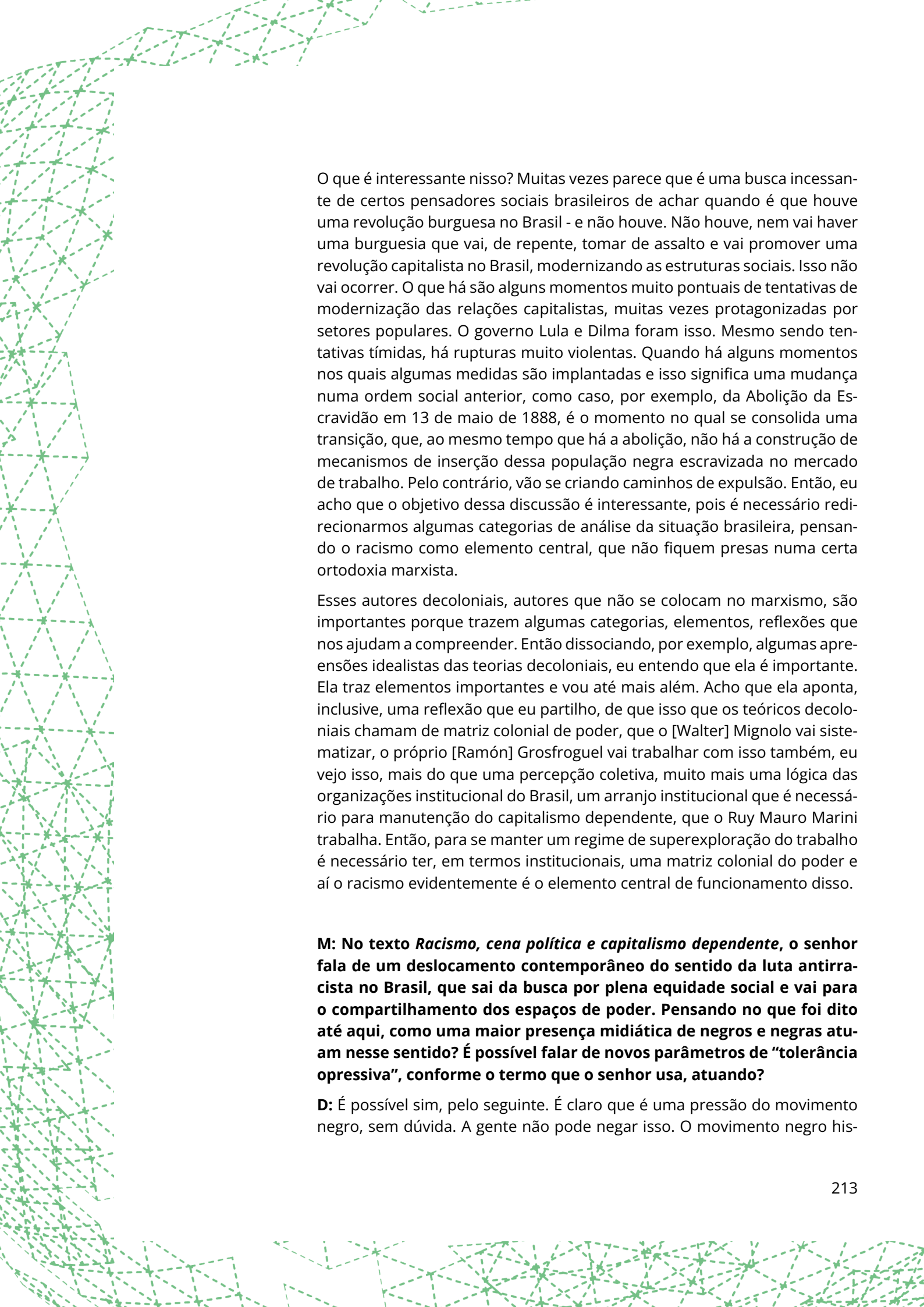
O capitalismo já nasce globalizado como sistema-mundo. E a base de fato dessa hierarquia do sistema-mundo é a colonização das Américas e a narrativa racial tem uma função ideológica de justificar essa forma de construção do sistema-mundo, o acesso à riqueza, as hierarquias todas e assim por diante. Eu acho que isso é muito interessante no Aníbal Quijano. E por que isso é interessante e faz a gente pensar? Porque a ideia que a gente quer trabalhar é que a luta antirracista é uma luta decolonial, agora não no sentido de algumas apreensões das teorias decoloniais que, ao essencializar a categoria colonial e decolonial, acabam caindo num certo idealismo, concordo com você. Parece o seguinte: vamos rejeitar o que a Europa escreveu e vamos fazer uma história nossa mesmo. É quase uma ideia de um espírito absoluto hegeliano decolonial, que é muito estranho, não tem muita base para fundamentar esse tipo de coisa, como se fosse possível a partir da própria perspectiva intelectual romper com uma dimensão histórica concreta. Concordo com você que é complicada essa forma de visão decolonial. Mas, pensar o decolonial nesse sentido, talvez o termo mais adequado seria anticolonial, de uma ruptura com uma ordem social global do capitalismo, eu acho que é interessante.

Nesse aspecto, eu considero que o conceito de amefricanidade da Lélia González é o conceito mais interessante para a gente pensar. O problema é que existem leituras equivocadas nesse conceito. Primeiro, quando a Lélia Gonzalez fala da amefricanidade, ela não tá falando da população negra, ela une toda a população brasileira. Inclusive, o que se considera branco. Então, ela fala que nós somos amefricanos e, com isso, ela trabalha a seguinte ideia: a constituição do Brasil, do ponto de vista tecnológico, cultural, social, político, foi feita com trabalhadores e trabalhadoras negras, escravizadas. Pode-se observar desde as principais bases tecnológicas, da metalurgia, por exemplo, o próprio conhecimento do subsolo da geologia, que possibilita que hoje a Petrobras detenha a tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, ou, no campo da cultura, a própria africanização das religiões de matriz cristã. Enfim, não vou aqui citar todos os exemplos, no campo da cultura, da sociedade, tudo isso. Então, há uma amefricanização do Brasil. Claro, não estou negando a participação de outros povos que vieram pra cá, mas, a base primeira de construção da sociabilidade brasileira é amefricana. A negação dessa amefricanidade é a forma de ter-se não só uma opressão contra a população negra, mas uma interdição



da soberania nacional. Essa é a grande questão que queremos trazer e a Lélia Gonzalez é perfeita nesse aspecto. Porque, a partir disso, inclusive, primeiramente se justifica que os setores mais dinâmicos da economia nacional fiquem nas mãos do capital transnacional, interdita-se a produção de uma tecnologia nacional que poderia possibilitar uma plena soberania nacional e, ao mesmo tempo, se articula, por exemplo, a negação do acesso à riqueza à maior parte da população brasileira, que é a população negra. Há aí questões combinadas que vão levando a esse tipo de situação. Nesse sentido, a Lélia Gonzalez vai falar do racismo como denegação. Ela faz essa ponte com a psicologia, pois denegação é um confronto freudiano, é negar aquilo que você é. Com isso, ela diz que a classe dominante brasileira se sente incomodada em viver num país amefricano e o racismo é uma forma de comportamento que ela exerce justamente para negar uma condição da qual ela pertence. Isso é muito interessante. Primeiramente, isso tira qualquer possibilidade de nós pensarmos numa burguesia nacional com projeto próprio, como em alguns momentos, por exemplo, parte da esquerda brasileira acreditou numa aliança com setores da burguesia nacional contra a burguesia transnacional. Mas, isso não acontece pois sempre a tendência da burguesia nacional é articular-se, ainda que seja minoritariamente, a essa burguesia transnacional. Isso é um dado objetivo para ser colocado. O próprio Ruy Mauro Marini, quando fala do capitalismo dependente, não fala que é possível os países que estão nessa condição da superexploração criar um capitalismo dependente, não é possível fazer isso.

Eu acho muito importante esse debate, porque derruba algumas ilusões de possibilidades civilizatórias, de uma burguesia iluminada e assim por diante. Isso explica inclusive aquilo que o Clóvis Moura, outro autor que eu acho muito importante, fala da transição do escravismo para o capitalismo dependente. Isso ele fala no *Dialética Radical do Brasil Negro*. É um conceito que eu acho que é pouco estudado no campo do marxismo. Marx fala que há passagens entre modos de produção por rupturas, por revoluções. Mas, nem sempre isso acontece. Em algumas situações, há transições que se mantêm controladas. Por exemplo, a passagem do escravismo para o feudalismo não foi uma revolução feudal, uma revolução dos senhores feudais. Houve transições ali. E mesmo o caso, por exemplo, aqui no Brasil, da passagem do escravismo colonial, que foi algo muito original no Brasil, para o capitalismo dependente, no final do século XIX, quando já se questionava na Europa o próprio capitalismo - o *Manifesto Comunista* é de 1848 e no Brasil a gente tinha escravismo ainda nessa época -, há ali uma transição, uma negociação. É um processo transitório no qual vão se mantendo alguns elementos intactos do regime anterior para a passagem para o regime posterior sem haver uma ruptura. Essa categoria da transição quem discute muito é o Samir Amin, que eu também discuto bastante na minha obra, um autor egípcio pouco conhecido no Brasil. Ele fala muito que há também situações nas quais a passagem de um modo para o outro não ocorre só por rupturas ou revoluções, há transições.




O que é interessante nisso? Muitas vezes parece que é uma busca incessante de certos pensadores sociais brasileiros de achar quando é que houve uma revolução burguesa no Brasil - e não houve. Não houve, nem vai haver uma burguesia que vai, de repente, tomar de assalto e vai promover uma revolução capitalista no Brasil, modernizando as estruturas sociais. Isso não vai ocorrer. O que há são alguns momentos muito pontuais de tentativas de modernização das relações capitalistas, muitas vezes protagonizadas por setores populares. O governo Lula e Dilma foram isso. Mesmo sendo tentativas tímidas, há rupturas muito violentas. Quando há alguns momentos nos quais algumas medidas são implantadas e isso significa uma mudança numa ordem social anterior, como caso, por exemplo, da Abolição da Escravidão em 13 de maio de 1888, é o momento no qual se consolida uma transição, que, ao mesmo tempo que há a abolição, não há a construção de mecanismos de inserção dessa população negra escravizada no mercado de trabalho. Pelo contrário, vão se criando caminhos de expulsão. Então, eu acho que o objetivo dessa discussão é interessante, pois é necessário redirecionarmos algumas categorias de análise da situação brasileira, pensando o racismo como elemento central, que não fiquem presas numa certa ortodoxia marxista.

Esses autores decoloniais, autores que não se colocam no marxismo, são importantes porque trazem algumas categorias, elementos, reflexões que nos ajudam a compreender. Então dissociando, por exemplo, algumas apreensões idealistas das teorias decoloniais, eu entendo que ela é importante. Ela traz elementos importantes e vou até mais além. Acho que ela aponta, inclusive, uma reflexão que eu partilho, de que isso que os teóricos decoloniais chamam de matriz colonial de poder, que o [Walter] Mignolo vai sistematizar, o próprio [Ramón] Grosfoguel vai trabalhar com isso também, eu vejo isso, mais do que uma percepção coletiva, muito mais uma lógica das organizações institucional do Brasil, um arranjo institucional que é necessário para manutenção do capitalismo dependente, que o Ruy Mauro Marini trabalha. Então, para se manter um regime de superexploração do trabalho é necessário ter, em termos institucionais, uma matriz colonial do poder e aí o racismo evidentemente é o elemento central de funcionamento disso.

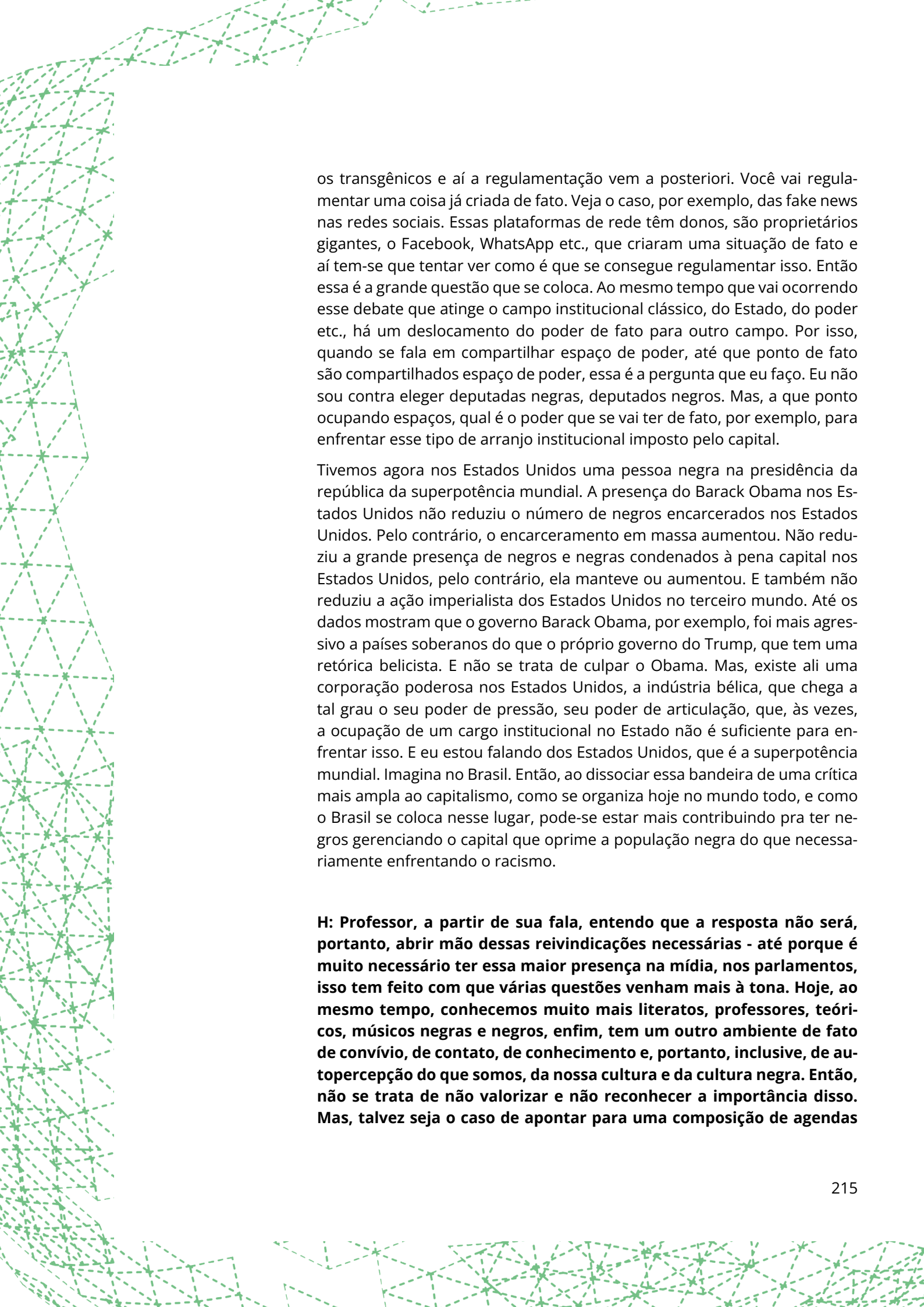
M: No texto *Racismo, cena política e capitalismo dependente*, o senhor fala de um deslocamento contemporâneo do sentido da luta antirracista no Brasil, que sai da busca por plena equidade social e vai para o compartilhamento dos espaços de poder. Pensando no que foi dito até aqui, como uma maior presença midiática de negros e negras atuam nesse sentido? É possível falar de novos parâmetros de “tolerância opressiva”, conforme o termo que o senhor usa, atuando?

D: É possível sim, pelo seguinte. É claro que é uma pressão do movimento negro, sem dúvida. A gente não pode negar isso. O movimento negro his-



toricamente vai pressionando para ter espaços, para ter a equidade social. Esse é uma agenda histórica do movimento negro no mundo todo. Agora, é interessante nós observarmos como é que esses espaços estão sendo construídos. Por exemplo, nos anos 1960, ao pensarmos o que levou a setores da burguesia dos Estados Unidos a apoiarem ações afirmativas, encontramos o movimento de direitos civis, quando o próprio governo Kennedy, por exemplo, mobilizou o FBI para oprimir ações racistas mais duras no sul dos Estados Unidos. O filme *Mississippi em chamas* mostra muito bem isso. Naquele momento, havia um crescimento vertiginoso da economia capitalista no mundo todo, os chamados anos de ouro do capitalismo no pós-guerra. Interessava a incorporação de certos elementos, certos grupos vulnerabilizados no mercado de consumo. Então, de fato, nos Estados Unidos, com essa política, da ação afirmativa, construiu-se o mercado consumidor negro. Ele construiu de fato um *Black Money*. E veja que interessante: a ponto, por exemplo, de hoje, nos Estados Unidos, há agências de propaganda especializadas em fazer peças de propaganda para o consumidor negro. São agências que trabalham com grandes contas: a Procter & Gamble, a PepsiCo. Há agências, inclusive dirigidas por homens negros e mulheres negras, que são especializadas em segmentar propaganda pra esse público. Porque há uma percepção de um público com potencial de consumo que vai girando então o capitalismo. Então, essa é uma realidade americana muito interessante que foi sendo construída. Tivemos uma conversa cinco anos atrás com a dirigente de uma dessas agências, que veio pra cá, inclusive, a convite do consulado dos Estados Unidos, e ela fala assim: graças ao movimento de direitos civis americano conseguimos ter esse tipo de mercado. Então, há uma pressão que vai abrindo esses espaços. Agora, como é que entendemos isso? Como vemos os limites disso? Quando falamos do compartilhamento de espaço de poder, essa é uma bandeira do movimento negro hoje.


O movimento negro brasileiro hoje fala muito disso: compartilhar espaço poder. Tem que ter cotas raciais nos partidos políticos, para ter mais negros e negras no parlamento, o que é justo. Agora, note bem que interessante. Ao mesmo tempo que essa bandeira é justa e vai ganhando espaço, percebemos cada vez mais um deslocamento do poder de fato desses arranjos institucionais clássicos da democracia liberal para outro campo, das corporações transnacionais. É isso que eu tenho chamado em alguns textos meus de ação direta do capital. Por exemplo, podemos verificar isso quando algumas ações do capital são realizadas de tal forma que cria-se uma situação de fato na qual os aparelhos institucionais têm que correr atrás para regulamentar. É o caso do Uber, por exemplo. O Uber chegou, colocou uma forma de trabalho, uma forma de mobilidade nas cidades e incorporou pessoas de maneira que, a partir daí, os aparelhos institucionais correram atrás para regulamentar. Então, criou-se uma situação de fato. Um pouco antes disso, o caso dos transgênicos. Quando a Monsanto chega, já jogam



os transgênicos e aí a regulamentação vem a posteriori. Você vai regulamentar uma coisa já criada de fato. Veja o caso, por exemplo, das fake news nas redes sociais. Essas plataformas de rede têm donos, são proprietários gigantes, o Facebook, WhatsApp etc., que criaram uma situação de fato e aí tem-se que tentar ver como é que se consegue regulamentar isso. Então essa é a grande questão que se coloca. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo esse debate que atinge o campo institucional clássico, do Estado, do poder etc., há um deslocamento do poder de fato para outro campo. Por isso, quando se fala em compartilhar espaço de poder, até que ponto de fato são compartilhados espaço de poder, essa é a pergunta que eu faço. Eu não sou contra eleger deputadas negras, deputados negros. Mas, a que ponto ocupando espaços, qual é o poder que se vai ter de fato, por exemplo, para enfrentar esse tipo de arranjo institucional imposto pelo capital.

Tivemos agora nos Estados Unidos uma pessoa negra na presidência da república da superpotência mundial. A presença do Barack Obama nos Estados Unidos não reduziu o número de negros encarcerados nos Estados Unidos. Pelo contrário, o encarceramento em massa aumentou. Não reduziu a grande presença de negros e negras condenados à pena capital nos Estados Unidos, pelo contrário, ela manteve ou aumentou. E também não reduziu a ação imperialista dos Estados Unidos no terceiro mundo. Até os dados mostram que o governo Barack Obama, por exemplo, foi mais agressivo a países soberanos do que o próprio governo do Trump, que tem uma retórica belicista. E não se trata de culpar o Obama. Mas, existe ali uma corporação poderosa nos Estados Unidos, a indústria bélica, que chega a tal grau o seu poder de pressão, seu poder de articulação, que, às vezes, a ocupação de um cargo institucional no Estado não é suficiente para enfrentar isso. E eu estou falando dos Estados Unidos, que é a superpotência mundial. Imagina no Brasil. Então, ao dissociar essa bandeira de uma crítica mais ampla ao capitalismo, como se organiza hoje no mundo todo, e como o Brasil se coloca nesse lugar, pode-se estar mais contribuindo pra ter negros gerenciando o capital que oprime a população negra do que necessariamente enfrentando o racismo.


H: Professor, a partir de sua fala, entendo que a resposta não será, portanto, abrir mão dessas reivindicações necessárias - até porque é muito necessário ter essa maior presença na mídia, nos parlamentos, isso tem feito com que várias questões venham mais à tona. Hoje, ao mesmo tempo, conhecemos muito mais literatos, professores, teóricos, músicos negros e negros, enfim, tem um outro ambiente de fato de convívio, de contato, de conhecimento e, portanto, inclusive, de autopercepção do que somos, da nossa cultura e da cultura negra. Então, não se trata de não valorizar e não reconhecer a importância disso. Mas, talvez seja o caso de apontar para uma composição de agendas



que coloque as dimensões macro também nessa esfera. O senhor fala na sua obra inteira, por exemplo, sobre as dificuldades da esquerda discutir a questão dos presos, entender que os presos comuns também são presos políticos. Eu estou numa cidade que convive com o assassinato de adolescentes negros num volume altíssimo todo fim de semana e isso não gera uma comoção social. Como é que o senhor vê um pouco desse nosso desafio estratégico, passando inclusive pelo campo da comunicação? Quando o senhor comenta da ação direta do capital, como a mídia produz a ideologia necessária para essa ação direta, seja por meio da redução do lugar do Estado, da valorização da iniciativa privada? Afinal, hoje é essa mesma mídia que está na ponta de lança do capital transnacional, quando pensamos nas corporações já mencionadas. Como, então, podemos imaginar um pouco dessa agenda de resistência, que caminhe em um outro sentido?

D: Então, o que eu acho é que falta uma estratégia mesmo. Acho que, do ponto de vista da reivindicação imediata do movimento, é correto, acho que é isso mesmo. Agora, você falou um dado que eu queria retomar, que é essa formulação de que todo preso comum é um preso político. Essa formulação, que é do MNU (Movimento Negro Unificado) dos anos 1970, não está tão presente hoje no movimento negro. Essa formulação do MMU ficou um pouco esquecida, inclusive conheço pessoas do MNU que não lembram disso, não conhecem isso. O MNU vai ser formado em 1978, já nas lutas para derrubar o regime militar, o movimento sindical se organizando no ABC, movimento estudantil, a UNE, movimento pelo retorno dos exilados, a anistia. Ao ser lançado, o MNU traz essa agenda da violência policial e da segurança pública. O que motivou o ato de fundação do MNU no Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, foi o assassinato de um trabalhador negro, o Robson. Ele é um feirante que foi assassinado pela polícia. O que apontava naquele momento o MNU? Discutir como é que se constituem esses aparatos repressivos, que reprimem não só o preso político, os oponentes do regime militar, mas toda população negra da periferia ou a democracia vai ser parcial. E, observe-se que essa questão que o MNU colocou foi até certo ponto negligenciada no próprio pacto para a redemocratização nos anos 1980, como se vê na Constituição de 1988, por exemplo, que tem avanços significativos, menos na questão da segurança pública. O famigerado artigo 142, por exemplo, abre espaço para a persistência dessa tutela militar sobre a segurança pública. Então, não houve mudanças significativas na própria configuração desse aparato de segurança pública. Sem contar propriamente com a própria lei da anistia, que anistiou também os torturadores e acabou criando uma mão de obra qualificada, uma tecnologia qualificada de repressão política, que hoje se volta contra a população da periferia.

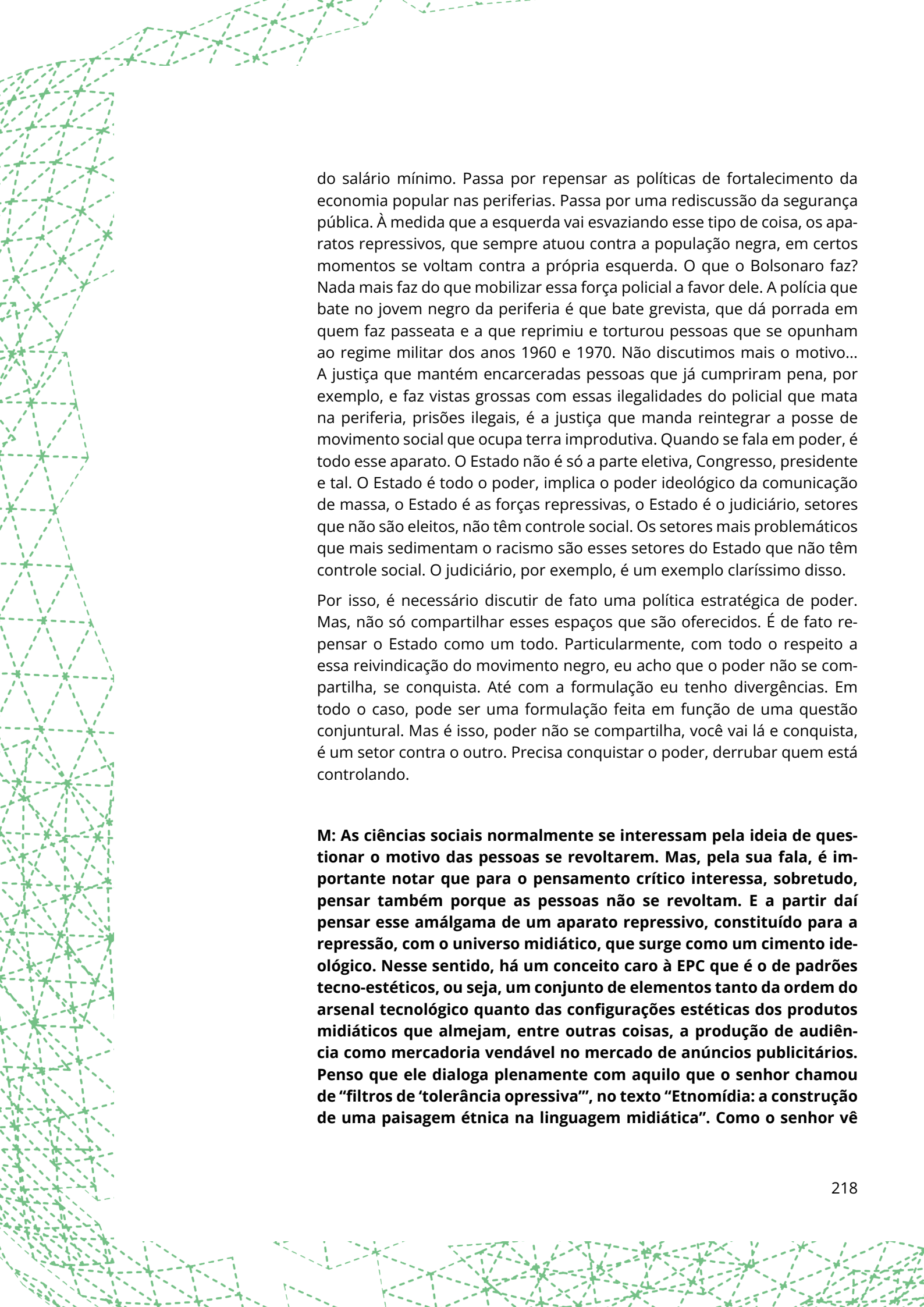
Há um período muito longo de democracia institucional no Brasil - talvez histórico, pois o Brasil nunca teve sete, oito eleições presidenciais consecutivas; na história republicana brasileira sempre teve golpes. Mas, nas



periferias das classes brasileiras, há invasão de domicílio sem mandados de busca, por exemplo, como algo comum, prisões ilegais, execuções extrajudiciais e, em alguns territórios periféricos, há toque de recolher. Então, essa população da periferia, principalmente sua parte negra, vive em quase estado de sítio. A democracia é mais ou menos procedimental, resumida a votar. Ela não consegue viabilizar a democracia enquanto uma sociabilidade. Então, essa é a grande questão que se coloca. E tudo isso não é algo disfuncional. É necessário ter essa contenção dessa grande massa da população por conta da intensificação da exploração do trabalho. Essa é a lógica. Da mesma forma que na época do escravismo era necessário ter um aparato repressivo sofisticado, o Jacob Gorender fala muito disso, para impedir a fuga do escravizado da senzala, agora é necessário manter contida as populações periféricas, populações negras ou oprimidas, por conta da brutal exploração. Sem isso, por exemplo, na situação brasileira que estamos vivendo hoje, nós teríamos saques nos supermercados toda hora, há muita gente passando fome. Está até calma a situação do Brasil, levando em consideração as condições em que a população vive. Por que não estoura a situação no Brasil? Esse aparato repressivo é extremamente eficiente, na contenção e dissuasão.

Quando o MNU colocou isso no final dos anos 1970, mostrou que aquela repressão política no regime militar parecia algo que estaria separado, mas não estava. Ela acontece de outras formas. A constituição do aparato repressivo no Brasil, aquele momento foi um momento muito singular, houve de fato ali uma perspectiva mesmo de impedir o debate democrático, de matar dirigentes etc., mas a lógica da repressão continua - e sempre existiu - para conter essa população periférica. É exatamente esse debate que a população negra sempre fez. Nos anos 1980, por exemplo, o movimento hip-hop vai denunciar a violência nas periferias, que tem sido negligenciado por essa apropriação pós-moderna e identitária da questão racial, do empreendedorismo. Não se discute isso. Eu tive a oportunidade de entrevistar o ex-presidente Lula, para a revista Fórum. Perguntei para ele se não era hora já da esquerda discutir, por exemplo, uma nova concepção de segurança pública, passando, por exemplo, pelo fim da Polícia Militar, uma polícia desmilitarizada. Ele disse que não, que o problema é a educação, a formação etc., para que as pessoas deixem de ser racistas. Ele toma o racismo pela dimensão do comportamento apenas. Então, quando se percebe um certo esvaziamento de uma agenda que tocava em alguns aspectos estruturais, e o MNU fazia isso nos anos 1970, vejo que há uma perda da dimensão estratégica.


Então, não é que eu seja contra as reivindicações atuais, mas, como elas são dissociadas de uma visão estratégica, não se consegue colocar o racismo no centro da agenda, ele vai ser sempre periférico. Além da cota e da ação afirmativa, vejo que a luta contra o racismo, por exemplo, passa por repensar uma política nacional de empregos. Passa, por exemplo, pela valorização



do salário mínimo. Passa por repensar as políticas de fortalecimento da economia popular nas periferias. Passa por uma rediscussão da segurança pública. À medida que a esquerda vai esvaziando esse tipo de coisa, os aparatos repressivos, que sempre atuou contra a população negra, em certos momentos se voltam contra a própria esquerda. O que o Bolsonaro faz? Nada mais faz do que mobilizar essa força policial a favor dele. A polícia que bate no jovem negro da periferia é que bate grevista, que dá porrada em quem faz passeata e a que reprimiu e torturou pessoas que se opunham ao regime militar dos anos 1960 e 1970. Não discutimos mais o motivo... A justiça que mantém encarceradas pessoas que já cumpriram pena, por exemplo, e faz vistas grossas com essas ilegalidades do policial que mata na periferia, prisões ilegais, é a justiça que manda reintegrar a posse de movimento social que ocupa terra improdutiva. Quando se fala em poder, é todo esse aparato. O Estado não é só a parte eletiva, Congresso, presidente e tal. O Estado é todo o poder, implica o poder ideológico da comunicação de massa, o Estado é as forças repressivas, o Estado é o judiciário, setores que não são eleitos, não têm controle social. Os setores mais problemáticos que mais sedimentam o racismo são esses setores do Estado que não têm controle social. O judiciário, por exemplo, é um exemplo claríssimo disso.

Por isso, é necessário discutir de fato uma política estratégica de poder. Mas, não só compartilhar esses espaços que são oferecidos. É de fato repensar o Estado como um todo. Particularmente, com todo o respeito a essa reivindicação do movimento negro, eu acho que o poder não se compartilha, se conquista. Até com a formulação eu tenho divergências. Em todo o caso, pode ser uma formulação feita em função de uma questão conjuntural. Mas é isso, poder não se compartilha, você vai lá e conquista, é um setor contra o outro. Precisa conquistar o poder, derrubar quem está controlando.

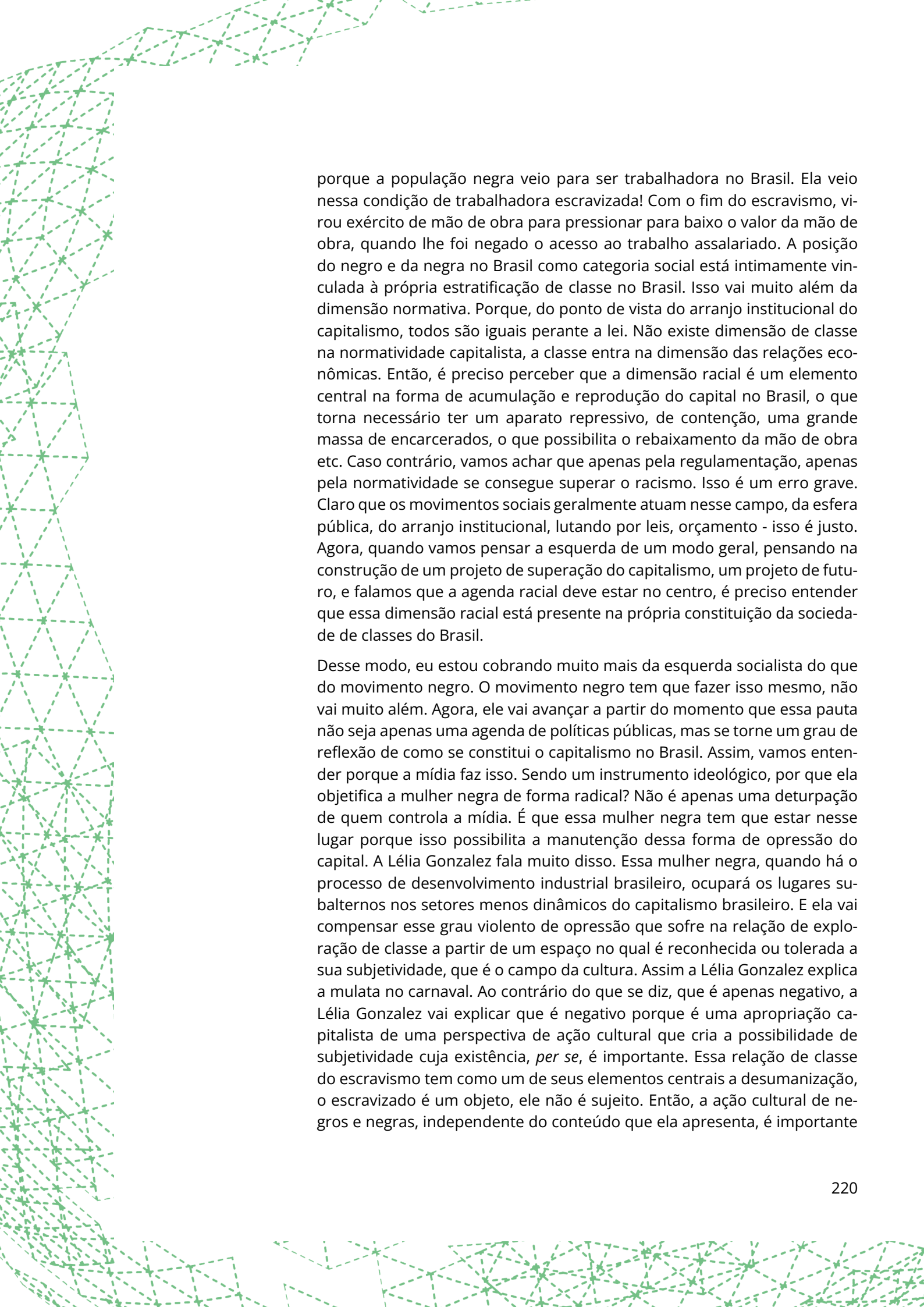
M: As ciências sociais normalmente se interessam pela ideia de questionar o motivo das pessoas se revoltarem. Mas, pela sua fala, é importante notar que para o pensamento crítico interessa, sobretudo, pensar também porque as pessoas não se revoltam. E a partir daí pensar esse amálgama de um aparato repressivo, constituído para a repressão, com o universo midiático, que surge como um cimento ideológico. Nesse sentido, há um conceito caro à EPC que é o de padrões tecno-estéticos, ou seja, um conjunto de elementos tanto da ordem do arsenal tecnológico quanto das configurações estéticas dos produtos midiáticos que almejam, entre outras coisas, a produção de audiência como mercadoria vendável no mercado de anúncios publicitários. Penso que ele dialoga plenamente com aquilo que o senhor chamou de “filtros de ‘tolerância opressiva’”, no texto “Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática”. Como o senhor vê



esses filtros (o da estratégia de minoração, o da difamação estética e o da objetificação radicalizada da mulher negra) atuando nessa contradição constitutiva da audiência? O senhor pode comentar, particularmente, as diferenças observadas na pesquisa entre as publicações estadunidenses e as brasileiras?

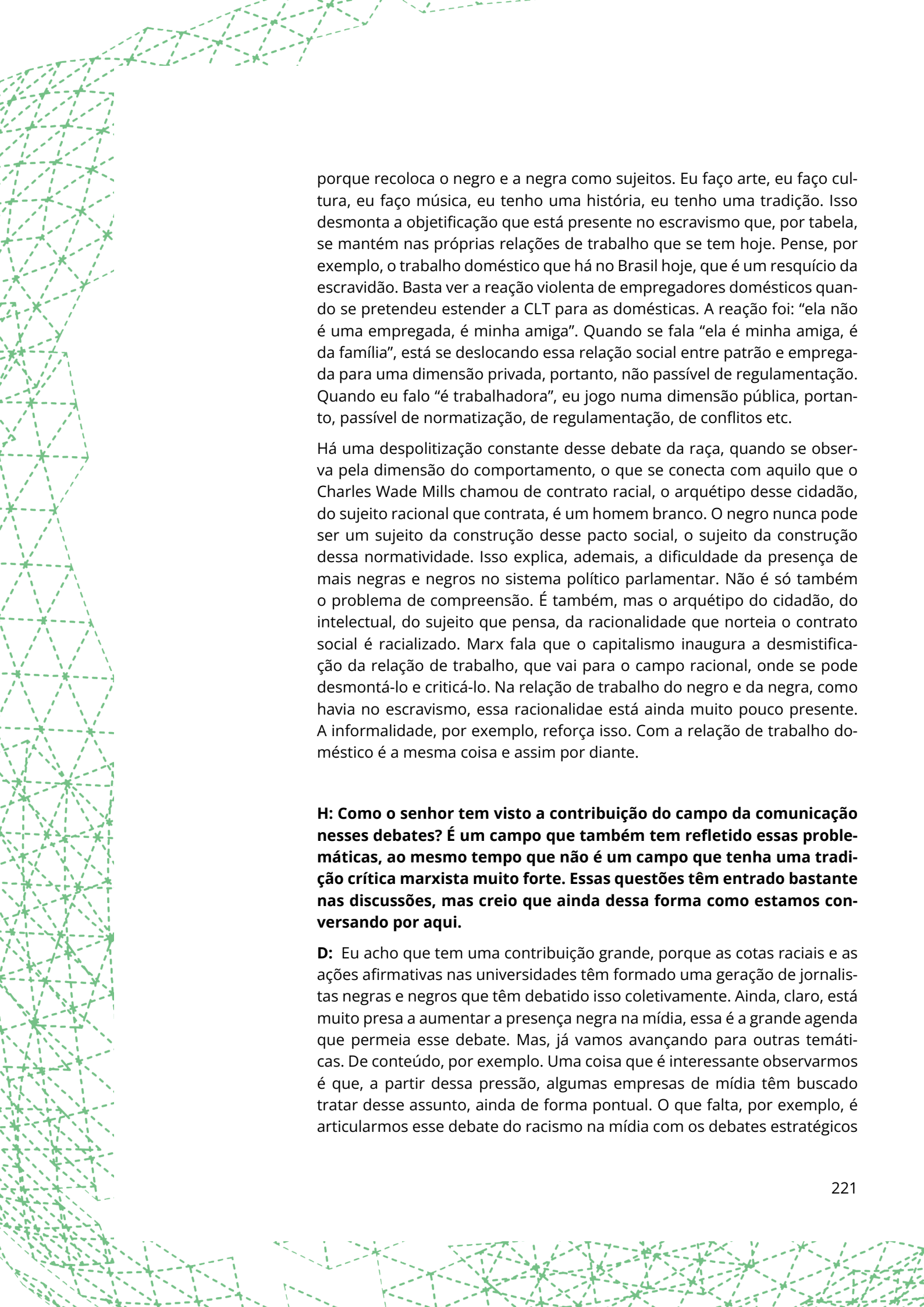
D: A pesquisa foi feita entre 2009 e 2010, fizemos pelo Núcleo de Estudos do Negro Brasileiro da USP, o NEINB. Avaliamos revistas segmentadas, porque elas criam estilos de vida, apontam padrões de comportamento e de consumo. Nelas, percebemos que negros e negras aparecem. A primeira conclusão que tivemos, ao fazermos uma comparação com revistas semelhantes aos Estados Unidos, é que negros e negras aparecem percentualmente em menor quantidade no Brasil do que lá. O percentual é parecido (em torno de 8,50%), mas a população negra americana é menor - aqui é de 58%. Em termos proporcionais, estamos muito distantes do que é nos Estados Unidos. Temos aí todas as categorias que você citou, objetificação racializada, minoração, difamação estética, que se encaixam com essa dimensão da tolerância opressiva, cuja ideia é do Darcy Ribeiro: eu tolero esse outro desde que eu me coloque como superior. O Brasil tem muito essa dimensão, ou seja, tolerar o negro e a negra desde que estejam em lugar de subalternidade, nunca no lugar de protagonismo. Esse é o limite da tolerância no Brasil. Agora, nos Estados Unidos, há uma certa construção de um projeto liberal. Nem todos são liberais, evidentemente. O Black Panther, por exemplo, era um partido comunista. Tem a Angela Davis, uma marxista. Há lá movimento radical também. Mas, há lá, de fato, um espaço para a consolidação de uma concepção liberal de combate ao racismo. Nos Estados Unidos, primeiramente, as condições possibilitam uma concepção liberal, como o país hegemônico no capitalismo. Agora, ao mesmo tempo em que há essa possibilidade, há nos Estados Unidos outras questões. Por exemplo, o racismo não é crime nos Estados Unidos, já no Brasil é. Uma organização como a Klu Klux Klan, por exemplo, é legalizada, ela existe. Não há uma punição legal. No Brasil, mesmo que a lei não sirva, há uma certa tendência a criminalizar, de maneira que vai se jogando o racismo numa outra dimensão. Não é uma dimensão normativa. Essa é a grande questão no Brasil, que dificulta um pouco a nossa compreensão. Ela nem precisa ser normativa, porque ela está impregnada nas próprias formas de construção da relação social capitalista brasileira. Qual é a face mais visível do racismo no Brasil? É a coincidência da dimensão racial com a dimensão de classe, com a dimensão da pirâmide social. Quem está na base é a mulher negra, o homem negro. Então, quando se vê a pirâmide social brasileira, vê-se que a dimensão racial está presente. Ao se observar o grau de instrução, longevidade etc., percebe-se que a construção da sociabilidade de classes brasileira foi racializada.

Nesse aspecto, por exemplo, não existe o debate, que se coloca em alguns setores, se é raça ou classe. No Brasil, a classe foi racializada logo de cara,



porque a população negra veio para ser trabalhadora no Brasil. Ela veio nessa condição de trabalhadora escravizada! Com o fim do escravismo, virou exército de mão de obra para pressionar para baixo o valor da mão de obra, quando lhe foi negado o acesso ao trabalho assalariado. A posição do negro e da negra no Brasil como categoria social está intimamente vinculada à própria estratificação de classe no Brasil. Isso vai muito além da dimensão normativa. Porque, do ponto de vista do arranjo institucional do capitalismo, todos são iguais perante a lei. Não existe dimensão de classe na normatividade capitalista, a classe entra na dimensão das relações econômicas. Então, é preciso perceber que a dimensão racial é um elemento central na forma de acumulação e reprodução do capital no Brasil, o que torna necessário ter um aparato repressivo, de contenção, uma grande massa de encarcerados, o que possibilita o rebaixamento da mão de obra etc. Caso contrário, vamos achar que apenas pela regulamentação, apenas pela normatividade se consegue superar o racismo. Isso é um erro grave. Claro que os movimentos sociais geralmente atuam nesse campo, da esfera pública, do arranjo institucional, lutando por leis, orçamento - isso é justo. Agora, quando vamos pensar a esquerda de um modo geral, pensando na construção de um projeto de superação do capitalismo, um projeto de futuro, e falamos que a agenda racial deve estar no centro, é preciso entender que essa dimensão racial está presente na própria constituição da sociedade de classes do Brasil.

Desse modo, eu estou cobrando muito mais da esquerda socialista do que do movimento negro. O movimento negro tem que fazer isso mesmo, não vai muito além. Agora, ele vai avançar a partir do momento que essa pauta não seja apenas uma agenda de políticas públicas, mas se torne um grau de reflexão de como se constitui o capitalismo no Brasil. Assim, vamos entender porque a mídia faz isso. Sendo um instrumento ideológico, por que ela objetifica a mulher negra de forma radical? Não é apenas uma deturpação de quem controla a mídia. É que essa mulher negra tem que estar nesse lugar porque isso possibilita a manutenção dessa forma de opressão do capital. A Lélia Gonzalez fala muito disso. Essa mulher negra, quando há o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, ocupará os lugares subalternos nos setores menos dinâmicos do capitalismo brasileiro. E ela vai compensar esse grau violento de opressão que sofre na relação de exploração de classe a partir de um espaço no qual é reconhecida ou tolerada a sua subjetividade, que é o campo da cultura. Assim a Lélia Gonzalez explica a mulata no carnaval. Ao contrário do que se diz, que é apenas negativo, a Lélia Gonzalez vai explicar que é negativo porque é uma apropriação capitalista de uma perspectiva de ação cultural que cria a possibilidade de subjetividade cuja existência, *per se*, é importante. Essa relação de classe do escravismo tem como um de seus elementos centrais a desumanização, o escravizado é um objeto, ele não é sujeito. Então, a ação cultural de negros e negras, independente do conteúdo que ela apresenta, é importante

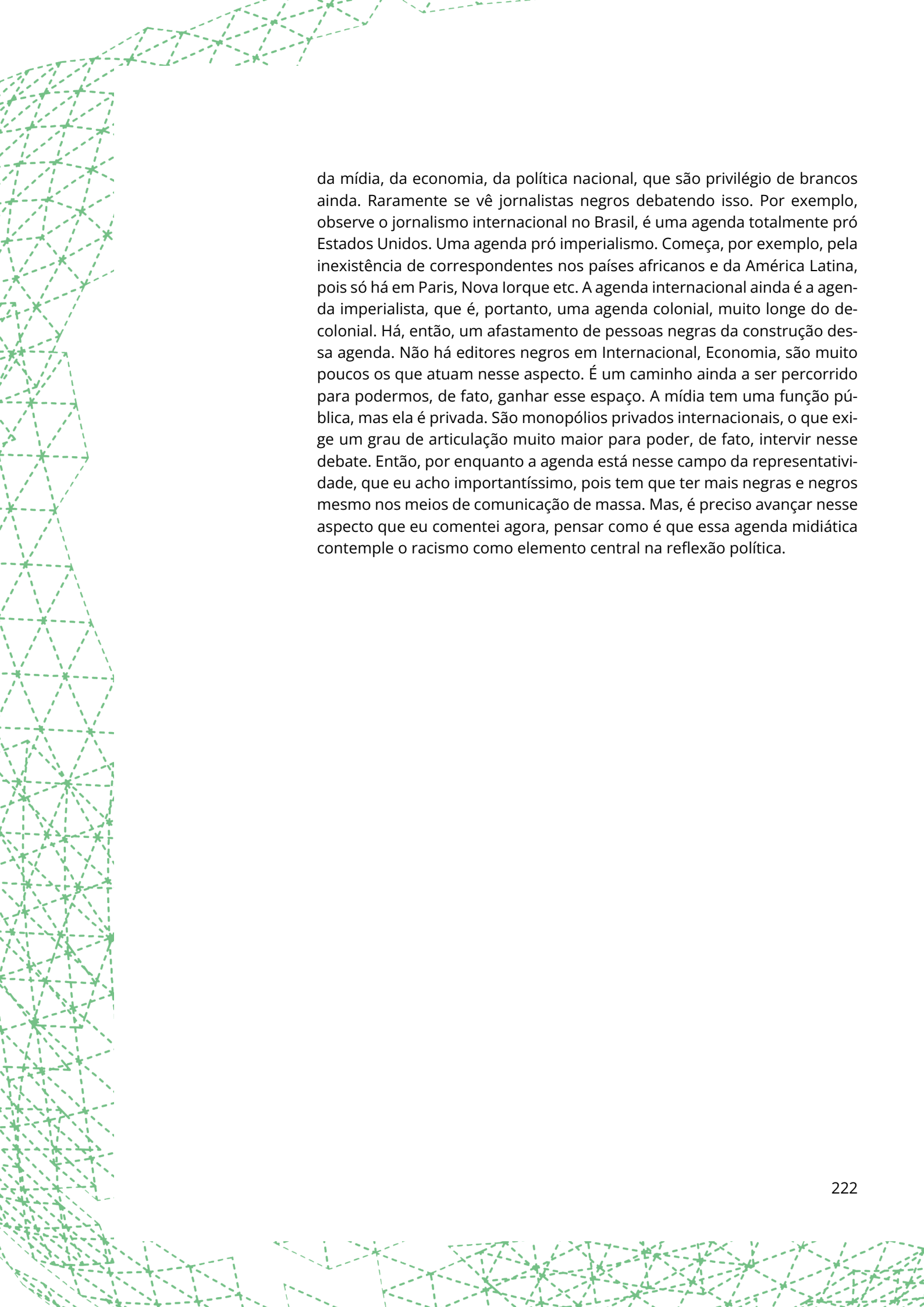


porque recoloca o negro e a negra como sujeitos. Eu faço arte, eu faço cultura, eu faço música, eu tenho uma história, eu tenho uma tradição. Isso desmonta a objetificação que está presente no escravismo que, por tabela, se mantém nas próprias relações de trabalho que se tem hoje. Pense, por exemplo, o trabalho doméstico que há no Brasil hoje, que é um resquício da escravidão. Basta ver a reação violenta de empregadores domésticos quando se pretendeu estender a CLT para as domésticas. A reação foi: “ela não é uma empregada, é minha amiga”. Quando se fala “ela é minha amiga, é da família”, está se deslocando essa relação social entre patrão e empregada para uma dimensão privada, portanto, não passível de regulamentação. Quando eu falo “é trabalhadora”, eu jogo numa dimensão pública, portanto, passível de normatização, de regulamentação, de conflitos etc.

Há uma despolitização constante desse debate da raça, quando se observa pela dimensão do comportamento, o que se conecta com aquilo que o Charles Wade Mills chamou de contrato racial, o arquétipo desse cidadão, do sujeito racional que contrata, é um homem branco. O negro nunca pode ser um sujeito da construção desse pacto social, o sujeito da construção dessa normatividade. Isso explica, ademais, a dificuldade da presença de mais negras e negros no sistema político parlamentar. Não é só também o problema de compreensão. É também, mas o arquétipo do cidadão, do intelectual, do sujeito que pensa, da racionalidade que norteia o contrato social é racializado. Marx fala que o capitalismo inaugura a desmistificação da relação de trabalho, que vai para o campo racional, onde se pode desmontá-lo e criticá-lo. Na relação de trabalho do negro e da negra, como havia no escravismo, essa racionalidade está ainda muito pouco presente. A informalidade, por exemplo, reforça isso. Com a relação de trabalho doméstico é a mesma coisa e assim por diante.

H: Como o senhor tem visto a contribuição do campo da comunicação nesses debates? É um campo que também tem refletido essas problemáticas, ao mesmo tempo que não é um campo que tenha uma tradição crítica marxista muito forte. Essas questões têm entrado bastante nas discussões, mas creio que ainda dessa forma como estamos conversando por aqui.

D: Eu acho que tem uma contribuição grande, porque as cotas raciais e as ações afirmativas nas universidades têm formado uma geração de jornalistas negras e negros que têm debatido isso coletivamente. Ainda, claro, está muito presa a aumentar a presença negra na mídia, essa é a grande agenda que permeia esse debate. Mas, já vamos avançando para outras temáticas. De conteúdo, por exemplo. Uma coisa que é interessante observarmos é que, a partir dessa pressão, algumas empresas de mídia têm buscado tratar desse assunto, ainda de forma pontual. O que falta, por exemplo, é articularmos esse debate do racismo na mídia com os debates estratégicos



da mídia, da economia, da política nacional, que são privilégio de brancos ainda. Raramente se vê jornalistas negros debatendo isso. Por exemplo, observe o jornalismo internacional no Brasil, é uma agenda totalmente pró Estados Unidos. Uma agenda pró imperialismo. Começa, por exemplo, pela inexistência de correspondentes nos países africanos e da América Latina, pois só há em Paris, Nova Iorque etc. A agenda internacional ainda é a agenda imperialista, que é, portanto, uma agenda colonial, muito longe do decolonial. Há, então, um afastamento de pessoas negras da construção dessa agenda. Não há editores negros em Internacional, Economia, são muito poucos os que atuam nesse aspecto. É um caminho ainda a ser percorrido para podermos, de fato, ganhar esse espaço. A mídia tem uma função pública, mas ela é privada. São monopólios privados internacionais, o que exige um grau de articulação muito maior para poder, de fato, intervir nesse debate. Então, por enquanto a agenda está nesse campo da representatividade, que eu acho importantíssimo, pois tem que ter mais negras e negros mesmo nos meios de comunicação de massa. Mas, é preciso avançar nesse aspecto que eu comentei agora, pensar como é que essa agenda midiática contemple o racismo como elemento central na reflexão política.